

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO

Laís Cristine Soares

**Os efeitos econômicos sofridos pelo mercado de trabalho brasileiro  
devido à pandemia da Covid - 19**

Mariana - MG  
2023

Laís Cristine Soares

**Os efeitos econômicos sofridos pelo mercado de trabalho brasileiro  
devido à pandemia da Covid - 19**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientador:** Prof. Dr. Chrystian Soares Mendes

**Co-orientador:** Prof. Dr. Alan André Borges da Costa

**Mariana – MG**

2023

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S676e Soares, Lais Cristine.

Os efeitos econômicos sofridos pelo mercado de trabalho brasileiro devido à pandemia da Covid - 19. [manuscrito] / Lais Cristine Soares. - 2023.

43 f.: il.: tab..

Orientador: Prof. Dr. Chrystian Soares Mendes.

Coorientador: Prof. Dr. Alan André Borges da Costa.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Covid-19 (Doença). 2. Desemprego. 3. Doenças transmissíveis. 4. Mercado de trabalho. I. Mendes, Chrystian Soares. II. Costa, Alan André Borges da. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 331.5

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Laís Cristine Soares

### Os efeitos econômicos sofridos pelo mercado de trabalho brasileiro devido à pandemia de COVID-19

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 23 de março de 2023.

#### Membros da banca

Dr. Chrystian Soares Mendes - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dr. Alan André Borges da Costa - (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dr. Thiago de Sousa Barros - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Prof. Dr. Chrystian Soares Mendes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 23/03/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Chrystian Soares Mendes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/04/2023, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0507701** e o código CRC **2E1F15DA**.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| LISTA DE TABELAS E QUADROS .....  | iii |
| RESUMO .....  | iv  |
| ABSTRACT .....  | v   |
| 1. INTRODUÇÃO .....   | 1   |
| 1.1 Dados sobre a pandemia de Covid – 19 no Brasil e efeitos causados ..... | 3   |
| 2. PROBLEMATIZAÇÃO .....  | 8   |
| 3. OBJETIVOS .....  | 17  |
| 3.1 Objetivo geral.....   | 17  |
| 3.2 Objetivos específicos .....   | 17  |
| 4. JUSTIFICATIVA .....  | 18  |
| 5. METODOLOGIA.....   | 20  |
| 6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....                                  | 22  |
| 6.1 Análise descritiva e regressões .....                                   | 22  |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 30  |
| 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 32  |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1: Casos de covid – 19 e óbitos confirmados até início de setembro de 2022 no Brasil ..... | 3  |
| Tabela 2: Média Anual da Taxa de Desocupação po UF em %.....                                      | 9  |
| Tabela 3: Percentual de desemprego por UF em setembro de 2020 no Brasil                           | 11 |
| Tabela 4: Estáticas Descritivas .....   | 22 |
| Tabela 5: Rendimento médio mensal .....   | 23 |
| Tabela 6: Percentual de pessoas desempregadas por número de meses. ....                           | 24 |
| Tabela 7: Percentual de pessoas desempregadas correspondente a escolaridade .....                 | 24 |
| Tabela 8: Percentual de pessoas desempregadas correspondente a faixa etária. ....                 | 25 |
| Tabela 9: Percentual de pessoas desempregadas de acordo com o gênero. ...                         | 26 |
| Tabela 10: Percentual de pessoas desempregadas de acordo com a raça .....                         | 27 |
| Tabela 11: Regressões Lineares.....   | 28 |

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1: Demissões com a chegada da pandemia..... | 10 |
| Quadro 2: Variáveis utilizadas .....               | 20 |

## RESUMO

Buscando reduzir o contágio e mitigar os efeitos da crise sanitária instaurada pela covid – 19, foi estabelecida a quarentena da população, que se trata de um período de isolamento social, o qual levou ao fechamento de empresas não enquadradas em serviços essenciais e com isso a uma queda da atividade econômica. Neste sentido, o objetivo desse estudo é analisar os efeitos que a pandemia causou no mercado de trabalho brasileiro, por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) covid – 19 entre os meses de julho a novembro de 2020. Os principais resultados apontam que o desemprego atingiu em maior parte as mulheres, negras, com grau de escolaridade abaixo do ensino médio e com faixa etária entre 35 e 49 anos. Portanto, tem se que a crise econômica instaurada pela covid – 19 piorou a situação dos grupos vulneráveis, que foram os primeiros a saírem do mercado de trabalho e acabam sendo os últimos a conseguirem um emprego quando a economia começou a se recuperar.

Palavras chave: Pandemia, covid-19, isolamento social, mercado de trabalho e desemprego.

## **ABSTRACT**

Seeking to reduce contagion and mitigate the effects of the health crisis brought about by covid-19, the quarantine of the population was established, which is a period of social isolation, which led to the closure of companies not classified in essential services and with that the a drop in economic activity. In this sense, the The objective of this study is to analyze the effects that the pandemic has had on the Brazilian labor market, using data from the National Household Sample Survey (PNAD) covid-19 between July and November 2020. The main results indicate that the Unemployment mostly affected black women, with less than high school education and aged between 35 and 49 years. Therefore, the economic crisis created by covid-19 has worsened the situation of vulnerable groups, who were the first to leave the labor market and end up being the last to get a job when the economy started to recover.

Keywords: Pandemic, covid-19, social isolation, labor market and unemployment.

## 1. INTRODUÇÃO

No início do ano de 2020, com o surgimento da pandemia da Covid 19, algo totalmente novo e carregado de incertezas, gerou repercussões não apenas de ordembiomédica e epidemiológica, mas também sobre os campos sociais, econômicos, políticos e culturais.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS (2020), em 18 de março de 2020, os casos confirmados da Covid 19 já haviam ultrapassado 214 mil em todo o mundo, e ainda não existiam planos estratégicos prontos para serem aplicados a uma pandemia dessa magnitude, dado que era algo totalmente novo.

A OMS, o Ministério da Saúde do Brasil, o *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC, Estados Unidos) e outras organizações nacionais e internacionais recomendaram a aplicação de planos de contingência de influenza e suas ferramentas, devido às semelhanças clínicas e epidemiológicas entre esses vírus respiratórios. Uma medida geral foi a contenção e prevenção tratada como isolamento social, afim de se evitar a disseminação da doença.

Há poucos dias do primeiro caso de Covid 19 confirmado no Brasil, surgiram rapidamente mais e mais casos, ocasionando a uma superlotação dos hospitais, já que boa parte dos infectados precisavam ser internados, devido a gravidade do quadro da doença, milhares de óbitos são confirmadosdiariamente, o que leva a um colapso do sistema saúde no Brasil.

Como forma de oferecer a estrutura e assistência necessárias para o tratamento de todos, deu-se início a estruturação dos hospitais de campanha, segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde CONASS (2020), os mesmos possuem grande importância, por serem unidades de saúde que promovem cuidados temporários em situações emergenciais, como no caso de desastres naturais, catástrofes e de pandemias. Ou seja, são unidades de saúdes específicas para tratar o caso.

Outra consequência logo sofrida e de interesse do trabalho em questão, foram os efeitos econômicos, conforme a CEPAL (2021), a crise econômica causada pela pandemia de Covid 19 chegou já afetando a economia mundial de formadrástica, sendo em grande parte o desemprego e o empobrecimento geral da população mundial.

No Brasil, país economicamente diversificado, com setores como agropecuária, indústria, prestação de serviços e vendas de produtos, tem-se que a crise causada pela pandemia afetou diretamente e indiretamente todos esses setores. E os subsetores mais afetados têm sido os comércios varejistas, serviços de acomodação, alimentos e manufatura, ainda de acordo com a OIT (2020), as consequências sobre essas atividades foram ainda mais severas para os trabalhadores pertencentes aos grupos mais vulneráveis e que estão na economia informal.

Pode-se verificar uma forte relação entre covid – 19, renda e desemprego. Como mostra Costa (2020), a pandemia da Covid – 19 é um problema de saúde pública global que imprimiu uma nova dinâmica à economia mundial. Também é abordado pelo IPEA em 2020, mostrando que no contexto econômico e, em particular, do mercado de trabalho, a perspectiva global é de forte recessão entre os países. A Organização Mundial do trabalho trouxe uma reportagem em 2020, que mostra que além da ameaça à saúde pública, a pandemia acarreta impactos econômicos e sociais que afetam os meios de subsistência e o bem-estar de milhões de pessoas no longo prazo.

Assim, com base no que foi apresentado, o presente estudo busca analisar os efeitos econômicos ocorridos pela pandemia de covid-19 no mercado de trabalho brasileiro, por meio dos dados já disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O interesse no tema vem da ideia de poder compreender os efeitos sofridos pelos afetados ao longo desses anos, em questão de renda e desemprego e também contribuir com dados e informações para a população interessada em aprofundar mais no assunto. Como ainda são fatos ressonantes não é de fácil acesso informações completas, dados e estudos sobre.

## 1.1 Dados sobre a pandemia de Covid – 19 no Brasil e efeitos causados

Segundo o DATASUS (2022), até o dia 13 de setembro de 2022 foram confirmados 34.544.377 casos de corona vírus positivos, 33.612.456 casos de pessoas recuperadas e 685.022 casos que evoluíram a óbito. Levando em conta que o país possuía na data em questão cerca de 210.147.125 habitantes, , cerca de 16,44% da população total do Brasil contraiu a doença e cerca de 1,98% da população que contraiu o vírus veio a óbito (MINISTERIO DA SAÚDE, 2022).

Sobre cada região do Brasil, como mostra a tabela a seguir, tem-se que o Sudeste foi a região que mais registrou casos de covid – 19, 13.653.035 casos e desses 328.447 evoluíram ao óbito, também maior número entre regiões. O Sul segue como a segunda região a registrar mais casos, 7.336.619 casos confirmados e 108.541 óbitos, não sendo a segunda maior região no número de óbitos, o Nordeste que ocupa essa posição. Já a terceira região em número de casos foi para o Nordeste, com 6.866.706 casos e 131.882 óbitos confirmados, o Centro - Oeste ocupou o quarto o lugar tanto em número de casos e óbitos, sendo respectivamente 3.934.669 casos e 65.096 óbitos, a região que apresentou menor número de casos e óbitos foi o Norte, sendo 2.753.348 casos confirmados e 51.036 casos que evoluíram a óbito, (DATASUS, 2022).

Tabela 1: Casos de covid – 19 e óbitos confirmados até início de setembro de 2022 no Brasil

| <b>Região</b>         | <b>Casos de Covid - 19</b> | <b>Casos evoluídos a óbito</b> |
|-----------------------|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Sudeste</b>        | 13.653.035                 | 328.447                        |
| <b>Sul</b>            | 7.336.619                  | 108.541                        |
| <b>Nordeste</b>       | 6.866.706                  | 131.882                        |
| <b>Centro – Oeste</b> | 3.934.669                  | 65.096                         |
| <b>Norte</b>          | 2.753.348                  | 51.036                         |

Fonte: DATASUS (2022)

Outra informação relevante é o tempo médio das pessoas que necessitaram de internação nos hospitais, esse tempo médio é de 22 dias, já a média de permanência na UTI é de cerca de 11,6 dias, como aponta pesquisa realizada pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PRADI-SUS), o intuito do programa é coletar dados sobre a

presença de infecção por coronavírus nos pacientes internados na rede pública, mostrar o perfil dos pacientes e o tempo em que ficam internados.

Entre março de 2020 a março de 2021, foram coletados pelo programa PRADI-SUS dados de mais de 50 hospitais para realização de uma pesquisa, a análise estudou 3034 pacientes com covid – 19, a idade média dos pacientes foi 64 anos, sendo 60,5% deles homens, 33,6% têm diabetes, 56,4% são hipertensos. 5,9% fumantes e 15,5% possui alguma doença cardiovascular. Além disso, 56% precisaram de ventilação mecânica com tempo médio de uso de aparelho de 11 dias. Essa pesquisa também englobou dados de mortalidade, obtendo que 36,3% dos pacientes analisados morreram em UTIs e 46,2% em hospitais.

Desde o início da pandemia e principalmente do isolamento social, uma das principais pautas governamentais ao redor do mundo, bem como também no Brasil, passou a ser como solucionar, ou ao menos frear, a crise econômica que se iniciava causada pela covid-19. Pode-se afirmar que, a situação do mercado de trabalho brasileiro já era ruim pelo menos desde 2016, e vinha seguindo a tendência mundial da informalização e precarização, afetando principalmente a parcela da população em situação mais vulnerável, segundo Fundação Oswaldo Cruz (2020).

Levando em conta tal reportagem que aponta que a situação do mercado de trabalho já não era favorável há certo tempo e que não melhorou como foi prometido no momento da implantação das reformas trabalhista e previdenciária, que objetivavam o ajuste fiscal. Considerando o cenário já existente, a chegada do coronavírus no Brasil aprofunda ainda mais as dificuldades que o país já enfrentava, mas é considerável que o vírus não seja o único responsável pelos problemas econômicos e sociais atuais, já que uma parte vem de tempo atrás, porém a pandemia de covid – 19 acelerou e desencadeou esses problemas em um nível altíssimo.

Como a pandemia de Covid-19 provocou em todo o mundo a adoção de medidas de isolamento social, isso fez com que a economia diminuísse drasticamente seu ritmo. Os setores da indústria, comércio, e serviços apresentaram já em março de 2020 queda, sendo notados como os setores mais afetados com a pandemia, isso se deve por esses setores dependerem diretamente de fatores que foram altamente afetados com a pandemia.

Conforme cita dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Segundo André Macedo (2020), a indústria teve aumento de produção em alguns produtos devido à quarentena, como agulhas, artefatos de proteção, caixões, desodorantes, detergentes, fraldas, luvas, papel higiênico, sabões, shampoo, seringas etc., no entanto, isoladamente estes produtos não tem força para levar todo o setor a um crescimento. Essa queda que ocorreu principalmente nos setores da indústria, comércio, e serviços acabou ocasionando em uma redução de 4,1% do PIB Brasileiro no ano de 2020, pior resultado dos últimos 24 anos, dados disponibilizados pelo IBGE (2021).

Consequentemente os efeitos também foram sentidos no mercado de trabalho, que já vinha passando por um processo de fragmentação. A taxa de desocupação no primeiro trimestre do ano de 2020 foi de 12,2%, aumento em relação ao trimestre anterior. Outro dado relevante é que a desocupação prejudica mais as pessoas que se declaram pretas e pardas do que as brancas e mais as mulheres do que os homens. Em relação ao trimestre anterior, a criação de novas vagas de emprego reduziu em 2,3 milhões de janeiro a março de 2020, e a redução com relação ao mesmo trimestre de 2019 foi de 1,8 milhão.

A população fora do mercado de trabalho bateu um recorde negativo atingindo a soma de 67,3 milhões de pessoas. Este cenário expressa a forte informalização que vem sendo a alternativa de sobrevivência para os brasileiros desde a crise de 2015/2016. Esses dados da pesquisa do IBGE (2020) foram coletados por telefone devido à necessidade do isolamento social, o que pode tornar os resultados menos precisos e são referentes ao primeiro trimestre de 2020. A desigualdade sempre se mostrou um problema no Brasil, e com o efeito da pandemia esse cenário se agravou, FIOCRUZ(2021). Além das dificuldades no enfrentamento da doença e do cenário político instável, a sociedade brasileira é caracterizada por enormes heterogeneidades e vulnerabilidades socioeconômicas e de saúde. Estas aumentaram os desafios do enfrentamento desta crise e de transição para a reabertura da economia.

É fundamental entender como o vírus se espalhou no país, primeiro caso teve confirmação em São Paulo, um homem de 61 anos, com histórico de viagem para a Itália. Isso mostra que os contágios ocorreram inicialmente a partir daqueles que viajaram para o exterior. Ao se passar dois meses do início da pandemia no Brasil, a quantidade de pessoas contaminadas vivendo em

periferias era muito maior comparado a outras localidades. O Instituto Data Favela coletou dados em abril de 2020, que apontaram que a quantidade de pessoas negras que morreram por covid-19 era muito maior que a quantidade de pessoas brancas. Além disso, para o mesmo período, a quantidade de brasileiros negros hospitalizados por síndrome respiratória aguda grave (SRAG) aumentou 5,5 vezes, enquanto a taxa de letalidade entre pessoas brancas diminuiu.

Conforme estudo liberado pela PUC – RIO (2020), foram coletados dados disponíveis de internação, raça e escolaridade, e as diferenças sociais seguem as taxas de letalidade. As chances de morte de um paciente preto ou pardo sem escolaridade é de cerca de 76%, quase quatro vezes maiores que um paciente branco com nível superior, que é em média 19,6%. Quando analisados na mesma faixa de escolaridade, pretos e pardos apresentam proporção de óbitos, em média, 37% maior do que brancos. Entre os brancos de nível superior, tem-se 80,35% se recuperaram e 19,65% morreram. Entre os pretos e pardos sem escolaridade apenas 23,96% se recuperaram e 76,04% morreram.

Outro estudo realizado pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde IEPS São Paulo em 2021, mostrou que as pessoas mais suscetíveis a sofrer com o isolamento social, são os mais pobres reforçando a ideia de que a escolaridade é um influenciador de transmissão. Observa-se que trabalhadores de menor escolaridade têm grande vulnerabilidade de saúde e econômica, isso é válido para todas as faixas etárias. Também enfrentam maiores tempos de deslocamento de casa para trabalho e em transporte público lotado.

Segundo informações publicadas pela Fundação Oswaldo Cruz (2020), pode-se levar em conta que as periferias possuem a maior concentração de negros, pardos e baixa renda e também que o estado onde foi registrado o primeiro caso de covid-19 nessas localidades, foi o estado carioca. O Rio possui 763 favelas, onde vivem mais de 2 milhões de pessoas. As favelas são bairros densamente povoados, com infraestrutura de saneamento frágil e praticamente nenhuma possibilidade de isolamento social para maioria das famílias. Muitas vezes, as casas têm apenas um lugar no qual todos os membros da família precisam circular. Além da impossibilidade de conseguir manter uma distância segura de pessoas potencialmente infectadas, nem todos podem comprar

produtos como álcool para as mãos, máscara facial e em maioria dependem inteiramente do sistema público de saúde.

## 2. PROBLEMATIZAÇÃO

É do conhecimento de grande parte da população mundial os efeitos que a pandemia causou em geral, se tratando do Brasil esses efeitos foram sofridos em grande escala. Economicamente falando, os brasileiros tiveram que enfrentar grandes desafios mediante da crise instaurada.

Tem-se que a partir de 1990, o nível de informalidade do mercado de trabalho brasileiro se elevou, tema abordado por Lauro Ramos (2002). Para Targino e Vasconcelos (2015), o setor informal diz respeito aos trabalhadores que são privados de condições mínimas de trabalho e proteção social. Já o setor formal do mercado de trabalho é aquele em que existe algum tipo de contrato entre empregado e empregador. Tal contrato pode ser firmado por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou do Estatuto do Servidor Público.

A pandemia atingiu com maior intensidade a população que vive na informalidade e reside em áreas precárias, ou seja, pessoas com rendimentos baixos e irregulares, muitas vezes sem acesso a água potável, moradia digna, sistemas privados de saúde e sistema de proteção social, como por exemplo vinculação à carteira de trabalho assinada, férias, fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), licença-maternidade, licença médica, seguro-desemprego salário mínimo, 13º salário, entre outros. Esses trabalhadores são os que acabam cumprindo extensas jornadas de trabalho e dificilmente vão ter acesso a linhas de financiamentos para enfim conseguir exercício legal da atividade (KREIN & PRONI, 2010). Em 2009, a informalidade no Brasil chegou a ultrapassar os 50%, já em 2017, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estava em torno de 40,8%.

A tabela abaixo extraída do banco de dados do IBGE mostra a taxa de desocupação em médias anuais (em %), dos anos de 2012 a 2020, para o Brasil sendo uma média nacional e para cada estado separadamente, sendo possível observar a taxa mínima e máxima de desocupação por UF.

Tabela 2: Média Anual da Taxa de Desocupação por UF em %

|                            | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|----------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| <b>Brasil</b>              | 7,4  | 7,1  | 6,8  | 8,5  | 11,5 | 12,7 | 12,3 | 11,9 | 13,5 |
| <b>Rondônia</b>            | 6,4  | 5,1  | 4,2  | 5,6  | 7,9  | 8,2  | 9,1  | 8,0  | 10,4 |
| <b>Acre</b>                | 8,4  | 9,0  | 7,7  | 8,5  | 10,9 | 14,1 | 13,5 | 14,5 | 15,1 |
| <b>Amazonas</b>            | 9,5  | 9,1  | 7,7  | 9,5  | 13,6 | 15,7 | 13,9 | 14,0 | 15,8 |
| <b>Roraima</b>             | 7,6  | 8,0  | 6,3  | 8,5  | 8,8  | 9,9  | 12,3 | 14,9 | 16,4 |
| <b>Pará</b>                | 7,4  | 7,3  | 7,2  | 8,8  | 11,2 | 11,8 | 11,1 | 10,8 | 10,4 |
| <b>Amapá</b>               | 13,2 | 11,5 | 10,3 | 11,0 | 15,5 | 17,7 | 20,2 | 17,4 | 14,9 |
| <b>Tocantins</b>           | 7,7  | 7,5  | 7,5  | 8,6  | 11,5 | 11,7 | 10,6 | 10,8 | 11,6 |
| <b>Maranhãos</b>           | 8,1  | 7,9  | 6,8  | 8,6  | 11,9 | 14,3 | 14,4 | 14,3 | 15,9 |
| <b>Piauí</b>               | 6,9  | 7,5  | 6,5  | 7,6  | 9,4  | 12,9 | 12,8 | 12,8 | 12,8 |
| <b>Ceará</b>               | 7,7  | 7,8  | 7,4  | 8,8  | 12,0 | 12,6 | 11,3 | 10,9 | 13,2 |
| <b>Rio Grande do Norte</b> | 11,4 | 10,7 | 11,0 | 12,0 | 14,2 | 14,5 | 13,6 | 13,1 | 15,8 |
| <b>Paraíba</b>             | 9,2  | 8,8  | 8,9  | 9,5  | 11,4 | 11,4 | 11,1 | 11,6 | 14,6 |
| <b>Pernambuco</b>          | 9,1  | 9,0  | 8,2  | 9,9  | 14,6 | 17,7 | 16,7 | 15,5 | 16,8 |
| <b>Alagoas</b>             | 11,4 | 10,6 | 9,6  | 11,2 | 14,1 | 16,7 | 17,0 | 14,9 | 18,6 |
| <b>Sergipe</b>             | 10,3 | 10,3 | 9,2  | 9,1  | 13,3 | 14,3 | 16,6 | 15,1 | 18,4 |
| <b>Bahia</b>               | 11,1 | 11,2 | 10,3 | 12,3 | 15,9 | 17,0 | 17,0 | 17,2 | 19,8 |
| <b>Minas Gerais</b>        | 6,9  | 6,6  | 6,7  | 8,5  | 11,1 | 12,2 | 10,7 | 10,1 | 12,5 |
| <b>Espírito Santo</b>      | 7,1  | 7,1  | 6,2  | 7,7  | 12,2 | 13,1 | 11,5 | 11,0 | 12,7 |
| <b>Rio de Janeiro</b>      | 7,5  | 6,8  | 6,3  | 7,6  | 11,7 | 14,9 | 15,0 | 14,7 | 17,4 |
| <b>São Paulo</b>           | 7,3  | 7,2  | 7,1  | 9,3  | 12,4 | 13,4 | 13,3 | 12,5 | 13,9 |
| <b>Paraná</b>              | 5,0  | 4,3  | 4,0  | 5,9  | 8,2  | 9,0  | 8,8  | 8,5  | 9,4  |
| <b>Santa Catarina</b>      | 3,4  | 3,1  | 2,9  | 4,1  | 6,3  | 7,1  | 6,4  | 6,1  | 6,1  |
| <b>Rio Grande do Sul</b>   | 4,8  | 4,8  | 5,0  | 6,2  | 8,2  | 8,4  | 8,1  | 8,0  | 9,1  |
| <b>Mato Grosso do Sul</b>  | 6,1  | 4,7  | 4,1  | 6,1  | 7,7  | 8,5  | 7,6  | 8,0  | 10,0 |
| <b>Mato Grosso</b>         | 5,5  | 4,4  | 4,0  | 6,1  | 9,4  | 9,0  | 7,9  | 8,0  | 9,7  |
| <b>Goiás</b>               | 5,4  | 5,4  | 5,3  | 7,3  | 10,5 | 10,6 | 9,2  | 10,6 | 12,4 |
| <b>Distrito Federal</b>    | 8,6  | 9,0  | 9,0  | 10,1 | 12,0 | 13,2 | 12,7 | 13,4 | 14,8 |

Fonte: IBGE – PNAD Contínua (2021)

Nesse contexto, uma das consequências da pandemia foi o aumento do desemprego e a elevação da informalização do trabalho, dos terceirizados, dos subcontratados, dos flexibilizados, dos trabalhadores em tempo parcial e do subproletariado. Essa população precisará ser assistida com políticas voltadas

a protegê-la da fome e da pobreza, ou seja, terá a necessidade de ser inserida numa rede de proteção social.

De acordo com a OIT (2020), o impacto causado nas atividades geradoras de renda é especialmente rigoroso para os trabalhadores desprotegidos, para os grupos mais vulneráveis e que estão na economia informal. O que se verificou em muitos países, além das inúmeras demissões, é a redução na jornada de trabalho. As projeções da OIT (2021), apontam que as regiões mais afetadas até o momento foram América Latina, Caribe, Europa e Ásia Central. A perda por região estimada de horas de trabalho superou 8% no primeiro trimestre de 2021 e 6% no segundo, em comparação com as perdas globais em horas de trabalho que foram de 4,8% e 4,4%, respectivamente, no primeiro e no segundo trimestres do mesmo ano. No Brasil, como o enfrentamento do problema, por parte do poder público, vem sendo bastante precário, as notícias mostraram o crescimento no número de demissões em vários setores, com destaque para alguns serviços, como hotelaria, bares e restaurantes, como mostra a quadro abaixo:

Quadro 1: Demissões com a chegada da pandemia.

| <b>Data</b> | <b>Notícias</b>   |
|-------------|---|
| 26/03/2020  | Hotéis, bares e restaurantes demitiram 4 mil no Distrito federal.       |
| 01/04/2020  | Empresas de transporte demitem 145 no Rio Grande do Norte.              |
| 01/04/2020  | Empresa parceira da CVC fecha e demite os funcionários.                 |
| 02/04/2020  | Fábrica de calçados democrata demite mais de mim funcionários no Ceará. |
| 03/04/2020  | Associação de restaurantes diz que setor já demitiu 800 mil no país.    |
| 03/04/2020  | Gympass demite funcionários em meio à pandemia de coronavírus (SP).     |
| 04/04/2020  | Hotéis demitiram 4 mil funcionários na Grande Recife.                   |

Fonte: Simone da Silva Costa (2020)

Dados do IBGE (2020) apontam que a taxa de desemprego no Brasil logo nos primeiros meses de pandemia atingiu 14%, e quando destrinchada essa taxa por estado tem se que alguns estados brasileiros no mesmo período citado, a taxa chegou a quase 20%, ultrapassando a média nacional de 14%, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 3: Percentual de desemprego por UF em setembro de 2020 no Brasil

| <b>Unidade da Federação</b> | <b>Taxa de desemprego</b> |
|-----------------------------|---------------------------|
| <b>Santa Catarina</b>       | 7,8 %                     |
| <b>Rondônia</b>             | 9,1 %                     |
| <b>Mato Grosso do Sul</b>   | 9,5 %                     |
| <b>Rio Grande do Sul</b>    | 9,7 %                     |
| <b>Mato Grosso</b>          | 9,8 %                     |
| <b>Piauí</b>                | 9,9 %                     |
| <b>Paraná</b>               | 11,1 %                    |
| <b>Minas gerais</b>         | 12,6 %                    |
| <b>Espírito Santo</b>       | 12,9 %                    |
| <b>Acre</b>                 | 13 %                      |
| <b>Goiás</b>                | 13,2 %                    |
| <b>Tocantins</b>            | 13,5 %                    |
| <b>Paraíba</b>              | 13,7 %                    |
| <b>Brasil</b>               | 14 %                      |
| <b>Distrito Federal</b>     | 14,1 %                    |
| <b>Pará</b>                 | 14,4 %                    |
| <b>São Paulo</b>            | 14,5 %                    |
| <b>Ceará</b>                | 15,2 %                    |
| <b>Pernambuco</b>           | 15,9 %                    |
| <b>Sergipe</b>              | 16 %                      |
| <b>Rio de Janeiro</b>       | 16,1 %                    |
| <b>Roraima</b>              | 16,2 %                    |
| <b>Alagoas</b>              | 16,6 %                    |
| <b>Rio Grande do Norte</b>  | 16,8 %                    |
| <b>Amapá</b>                | 17,4 %                    |
| <b>Amazonas</b>             | 18,2 %                    |
| <b>Maranhão</b>             | 19,2 %                    |
| <b>Bahia</b>                | 19,6 %                    |

Fonte: IBGE (2020)

O primeiro ano da pandemia de covid-19 provocou um recorde de demissões e fechamento de estabelecimentos comerciais no Brasil, segundo a Pesquisa Anual de Comércio (PAC) 2020, divulgada pelo IBGE, mais de 400 mil empregos foram perdidos, e mais de 100 mil empresas encerraram suas

atividades no ano de 2020. Por outro lado, em apenas um ano, mais que dobrou o número de companhias que realizavam vendas pela internet, já que era o meio mais viável naquele momento de continuar atuando no setor de vendas, Pesquisa Anual de Comércio (2020).

No ano de 2020 existia um total de 1,3 milhão de empresas comerciais no Brasil, ou seja, uma redução de 7,4% em relação a 2019, totalizando cerca de 106 mil estabelecimentos a menos. A queda foi proporcionalmente maior no comércio de veículos, motocicletas e peças, chegando a 9,9% de empresas a menos. Já o comércio varejista encolheu 8,7%. Quanto ao comércio eletrônico, o número de empresas que declararam realizar vendas pela internet aumentou de 23.181, em 2019 para 56.788, em 2020. Houve também aumento em televendas, que passou de 11.686, empresas em 2019 para 27.205, em 2020. No primeiro ano de pandemia, foram perdidos 404,1 mil postos de trabalho, 90,4% deles concentrados no comércio varejista, o equivalente a cerca de 365,4 mil demissões.

Segundo previsão da OIT, no Brasil, os setores mais afetados pela crise do coronavírus foram aqueles que operam no comércio varejista, serviços de acomodação, alimentos e manufatura. Para reverter esse quadro e superar os desafios futuros, foi preciso fazer uma revisão tanto da Emenda Constitucional nº 95, que instituiu o teto dos gastos, quanto da Reforma Trabalhista, a fim evitar o crescimento da precarização. A reforma piorou a vida do trabalhador e elevou o número de contratos precários, bem como a insegurança, tornando-os mais dependentes dos programas sociais do governo (COSTA, 2020).

Foi divulgado pelo Ministério da Economia no Diário Oficial da União (2020), as 10 atividades econômicas que inicialmente foram mais impactadas pela pandemia foram: 1 - Atividades artísticas, criativas e de espetáculos; 2 - Transporte aéreo; 3 - Transporte ferroviário e metro ferroviário de passageiros; 4 - Transporte interestadual e intermunicipal de passageiros; 5 - Transporte público urbano; 6 - Serviços de alojamento; 7 - Serviços de alimentação; 8 - Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; 9 - Fabricação de calçados e de artefatos de couro; 10 - Comércio de veículos, peças e motocicletas.

Essa lista com as 10 atividades econômicas mais afetadas logo no começo da pandemia foi elaborada com base na variação do faturamento do

setor, segundo dados da Receita Federal. Foi considerada a relevância do setor na economia, tanto por valor agregado, quanto também por pessoa ocupada. Além da margem de cada setor, de acordo com as Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, buscou-se inserir as informações de maneira a levar em conta as particularidades de cada atividade econômica, Ministério da Economia (2020).

É certo que o sistema de saúde brasileiro foi fortemente afetado pela pandemia da Covid-19, já que os atendimentos passaram a se voltar mais para o combate ao coronavírus, bem como a adoção de protocolos muito rígidos para evitar um número ainda maior de contaminados, vários procedimentos eletivos tiveram que ser cancelados. Agora, com a maior parte da população imunizada, o cenário pandêmico parece estar bem mais controlado e, felizmente, chegando bem próximo do fim.

De acordo com dados divulgados pelo Conselho Federal de Medicina (2021) é possível observar alguns números do resultado que a pandemia trouxe ao setor da saúde: Quase 3 milhões de cirurgias eletivas foram suspensas. De acordo com o CFM, o Brasil deixou de realizar ou adiou pelo menos 2,8 milhões de cirurgias eletivas por conta da pandemia. Procedimentos simples e não urgentes, como por exemplo, a cirurgia de catarata, hérnia ou varizes, deixaram de ser realizados. Isso porque os médicos tiveram que se deslocar para a linha de frente no combate ao coronavírus e os pacientes precisaram ficar em casa para se proteger do contágio, principalmente os idosos, por serem um dos grupos de risco da doença.

Houve queda no número de exames preventivos: É possível afirmar que tão importante quanto tratar as doenças é preveni-las. Mas, por conta da pandemia, houve uma queda significativa no número de exames preventivos realizados. O CFM afirma que os exames preventivos registraram uma enorme queda, como por exemplo a mamografia, exame de prevenção contra o câncer de mama. Os atendimentos em determinadas especialidades também registraram grande queda: Entre as especialidades que mais registraram queda no número de exames realizados e de procedimentos cirúrgicos estão Cardiologia, Oncologia, Oftalmologia e Urologia. De acordo com a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), boa parte dos pacientes com doenças urológicas postergaram os tratamentos por conta do medo de contrair a Covid-19.

Tratamentos cirúrgicos para a incontinência urinária, por exemplo, caíram 60%, um número bastante preocupante. Em resumo, pode se concluir que, devido a pandemia, muitos pacientes tiveram que abandonar tratamentos, fazendo com que seus quadros se agravassem e gerando uma “bola de neve” no sistema de saúde, principalmente para a rede pública, Instituto Brasileiro de Ciências Médicas (2022).

Em geral, a pandemia gerou impactos na saúde pública e no mercado de trabalho brasileiro. Com a paralização das atividades produtivas, os trabalhadores informais em grande quantidade perderam o sustento e houve inúmeras demissões de empregados com carteira assinada. O que acabou contribuindo para uma retomada com crescimento na taxa de informalidade da economia brasileira. Ademais, com o aumento do desemprego e inadimplência, gerando redução da renda mensal dos brasileiros, o cancelamento dos planos de saúde foi recorrente, o que acabou contribuindo ainda mais para o sobrecarregamento do SUS. O governo brasileiro respondeu de forma precária aos problemas gerados, o que não contribuiu para uma rápida saída dela. O ideal seria programas sociais que gerassem emprego e renda.

A reforma trabalhista instituiu um leque de contratos de trabalho precários, seja pela insuficiência de horas trabalhadas ou mesmo pela existência de possibilidade de redução de direitos, já que foi alterada a extensão da jornada de trabalho por meio de diversos mecanismos, inclusive de negociação individual, o que reduziu garantias relativas às férias, ao salário e proteção às mulheres lactantes. Foi incluído também medidas que facilitam a demissão e reduz a possibilidade do trabalhador reclamar dos seus direitos trabalhistas na Justiça do Trabalho. Além disso, foi aprovado pontos com repercussão negativa na organização sindical e no processo de negociação coletiva (DIEESE, 2020).

Foi criado o auxílio emergencial em 2021, no valor de R\$ 600,00, com pagamentos iniciados em abril de 2021, a cada uma família, duas pessoas com mais de 18 anos e que se enquadrava em uma ou mais das opções a seguir tinha direito ao recebimento, sendo beneficiários do Programa Bolsa Família, cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais, trabalhadores informais, desempregados, microempreendedores individuais (MEI) ou contribuintes individuais da Previdência Social, inicialmente o benefício era válido por um período de três meses, mas após ser concluído esse período foi

prorrogado por mais alguns meses. Vale ressaltar que algumas pessoas que tinha direito ao auxílio nem precisou fazer o cadastro, era depositado automaticamente o valor em uma conta Caixa Tem criada em nome do beneficiado, já outras pessoas que também tinham direito tiveram que fazer um cadastro, por meio de aplicativo ou presencialmente em agências da caixa, para receber o benefício.

O auxílio emergencial que foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela presidência da República é um benefício criado com a intenção de garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação de vulnerabilidade durante a pandemia da covid – 2019, devido a muitas atividades econômicas terem sido gravemente afetadas pela crise, (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021). Mesmo com diversos problemas de implementação do Auxílio Emergencial, segundo o Ministério da Cidadania, o total de beneficiários chegou a 68,3 milhões de pessoas que receberam ao menos uma das parcelas do Auxílio Emergencial, sendo 37,8 milhões de mulheres. Ainda com base nas estatísticas do Ministério da Cidadania, o programa alcançou 56,1% da população, percentual em relação a população estimada pelo IBGE (2020), se considerado a contagem de pessoas elegíveis e seus membros familiares.

No processo de implementação da política de Auxílio Emergencial, como relata o artigo “Auxílio Emergencial em tempos de pandemia” publicado pela revista Sociedade e Estado (2021), é possível verificar o desafio de atender, com uma certa urgência e sem aglomerações, um número bem grande da população. Era necessário, sobretudo, alcançar a totalidade de pessoas que no momento estava vivendo do trabalho informal, autônomos ou microempreendedores que estavam fora dos cadastros governamentais e os desempregados que naquele momento o número era crescente, mas não era acompanhado de atualização cadastral.

Na execução e implementação do Auxílio Emergencial ocorreram alguns problemas que prejudicaram enormemente os cidadãos vulneráveis. As longas horas na fila para cadastramento e recebimento do benefício, as dificuldades iniciais quanto ao CPF não regularizado, instabilidade do site para cadastramento e a dificuldade de acessibilidade digital da população mais carente, o que indicou obstáculos relativos à garantia da cidadania e do acesso ao direito à assistência em momento de crise sanitária, econômica e social.

Essas ineficiências relacionadas à comprovação dos documentos e à operacionalização do Auxílio Emergencial acabaram gerando a exclusão de alguns membros de grupos vulneráveis. Ao mesmo tempo, permitiram a inclusão de militares e a aprovação de CPF vinculados a empresários e figuras públicas que comprovam alta renda no programa social, por falha no cruzamento de dados. Vale ressaltar que pessoas que receberam indevidamente o benefício tiveram que devolver o valor.

Nesse contexto atual, a saída da crise exige o abandono da austeridade e clama pela injeção de recursos para a saúde e os setores apontados como gargalos. Como os assentamentos precários precisam de urbanização e a população residente necessita de emprego, uma medida de enfrentamento da crise é elevar os recursos para investimento em habitação de interesse social por meio dos bancos de desenvolvimento, como abordado pela revista Sociedade e estado (2021). Tais medidas contribuem para melhorar a saúde e a qualidade de vida da população mais carente, bem como alavanca diversos outros setores da economia, como o da construção civil.

Imprescindivelmente, recursos que voltados ao financiamento de tais programas ampliarão o déficit público. Mas tem-se que em longo prazo, com a devida retomada do crescimento e dos empregos, existirá um aumento do PIB e também uma ampliação da arrecadação. Da mesma forma, muitas comunidades poderão ser beneficiadas com alguns projetos e estarão mais preparadas para enfrentar possíveis crises epidêmicas como a que o mundo viveu recentemente. Diante de tudo recentemente, que foi abordado até então, qual seria o impacto econômico sofrido por diferentes indivíduos devido a pandemia da Covid – 19, quando se trata de renda e desemprego?

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo geral**

Compreender os efeitos econômicos sofridos pelo mercado de trabalho no Brasil devido a pandemia da Covid-19 no período de julho a novembro de 2020.

#### **3.2 Objetivos específicos**

- Verificar como o mercado de trabalho foi afetado pela pandemia de covid-19, no período de julho a novembro de 2020.
- Analisar os efeitos do fechamento de diversos setores e como isso impactou o mercado de trabalho e a geração/circulação de renda;
- Verificar as medidas adotadas pelo setor público no combate a pandemia;
- Apresentar a relação entre covid-19, renda e desemprego a partir de dados disponibilizados pela PNAD Covid – 19.

#### 4. JUSTIFICATIVA

A pandemia da covid 19 se tornou um período marcante e de grandes mudanças na história da humanidade. Diante desse cenário, o presente trabalho busca analisar os efeitos econômicos sofridos no Brasil, com ênfase no mercado de trabalho, relacionando emprego, renda e a covid-19. Os efeitos foram sofridos pela população em maioria, devido a movimentação empregatícia e da renda no país dependerem de setores que foram diretamente afetados. Busca-se compreender como estes efeitos foram ocasionados, qual população mais afetada, levando em conta escolaridade, idade, cor, sexo e etc. Dado então ser possível concretizar os danos econômicos que resultou a pandemia, pessoas envolvidas e como se encontra atualmente a situação econômica.

Neri (2020), ao analisar os efeitos da pandemia no mercado de trabalho brasileiro, mostrou os impactos negativos, ressaltando o aumento na desigualdade de renda do país. Nos resultados ele aponta uma queda na renda média individual do trabalhador brasileiro de 20,1% ao longo do primeiro trimestre da pandemia. A desigualdade subiu 2,82%, conforme o índice de Gini, indicador de desigualdade de renda - referente ao rendimento domiciliar per capita obtido do trabalho da, o que representa um recorde negativo. A redução no rendimento dos trabalhadores, de acordo com (NERI, 2020) foi motivada pela redução na jornada de trabalho (-14,34%) e na taxa de ocupação (-9,9%).

Para o autor em questão, a redução na jornada de trabalho foi estratégia válida, tendo um efeito poupador, considerando que se a jornada ficasse constante, a possibilidade é que a taxa de ocupação caísse 22,8%. Ao analisar a taxa de ocupação entre os trabalhadores de diferentes escolaridades, mostra que o grau de instrução do trabalhador é proporcional à taxa de participação no mercado de trabalho, quanto menor a escolaridade do trabalhador maior é a taxa de desemprego verificada (NERI, 2020).

Os impactos da pandemia no mercado de trabalho têm se mostrado com resultados diferentes no mundo, países como

Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, de acordo com a pesquisa realizada pelo professor de Economia Adams Prassl, é possível verificar essa diferença, principalmente pelas formas de trabalho já estabelecidas. Tem-se que a Alemanha foi a que menos sentiu os impactos em seus trabalhadores, provavelmente por terem um esquema de trabalho de curta duração bem estabelecido. Esse programa de curta duração é chamado de Kurzarbeit e trata-se de um programa do Estado, que permite que as empresas reduzam o horário de trabalho, recebendo subsídios para continuar pagando pelo menos 60% do salário de seus funcionários.

Apesar das diferenças entre os países, é possível verificar resultados semelhantes, inclusive, em relação às pesquisas apresentadas sobre a situação do Brasil, sendo mostrado o aumento na desigualdade de renda e a maior probabilidade de desemprego para mulheres e trabalhadores com menor escolaridade, resultado também verificado na pesquisa de (Barbosa, Costae Hecksher 2020).

Em um estudo apresentado pelo Boletim de Conjuntura (2020), tem-se que os países do mundo, em geral, sofreram com a paralização da economia mundial devido a pandemia de Covid – 19. Aqueles que são mais dependentes do turismo sofreram mais fortemente as consequências. Os governos usaram uma quantidade elevada de instrumentos fiscais e injeção de recursos para trabalhadores e empresas para no momento tentar controlar a crise instaurada.

A capacidade dos países de fazer frente à crise depende basicamente de três fatores: tamanho do PIB, situação fiscal e estrutura da economia, então países com maiores PIB's, situação fiscal equilibrada e menos dependente do comércio internacional e do turismo tiveram mais condições de superar a crise naquele momento. Já para vários países, especialmente os da América Latina, existe uma forte possibilidade da crise se estender por vários anos, Gama Neto, R. B. (2020).

Diante dos fatos apresentados, por observar o baque econômico sofrido com a pandemia, surge o interesse de estudar sobre, para melhor compreender, tornar público os dados e informações obtidas sobre desemprego e rendimento, também ter a oportunidade de contribuir com um assunto recente na sociedade e ainda pouco estudado.

## 5. METODOLOGIA

Buscando compreender os efeitos econômicos sofridos pela economia devido a pandemia da Covid – 19, foi analisado e tratado os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Covid – 19 (PNAD Covid – 19) que é elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados dos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2020.

Para cumprir o objetivo deste trabalho foram utilizadas estatísticas descritivas que evidenciam como o desemprego atingiu diferentes indivíduos e a seguinte regressão linear:

$$Y_i = Q_0 + Q_1 X_1 + Q_2 X_2 + \dots + Q_k X_k + s$$

A partir dessa regressão foi possível apresentar como o rendimento dos indivíduos foram afetados devido a pandemia tanto de acordo com os meses, quanto também em relação a suas características. Para Y tem se a variável: salário e para X as seguintes variáveis: masculino, formal, sem instrução, ensino fundamental completo, ensino médio completo, ensino superior completo, idade, centro – oeste, sudeste, sul, norte, nordeste, julho agosto setembro, setembro, outubro e novembro. O quadro a seguir apresenta todas variáveis usadas e suas respectivas descrições.

Quadro 2: Variáveis utilizadas

| Variável             | Descrição   |
|----------------------|---|
| Salário              | Salário recebido por cada indivíduo.  |
| Masculino            | Assume o valor 1 se o indivíduo for do sexo masculino e 0 caso contrário.       |
| Formal               | Assume o valor 1 se o indivíduo tiver emprego formal e 0 caso contrário.        |
| Sem Instrução        | Assume valor 1 se o indivíduo for sem instrução e 0 caso contrário.             |
| Fundamental Completo | Assume valor 1 se o indivíduo possuir ensino fund. completo e 0 caso contrário. |
| Médio Completo       | Assume valor 1 se o indivíduo possuir ensino médio completo e 0 caso contrário. |

|                   |  |
|-------------------|--|
| Superior Completo | Assume valor 1 se o indivíduo possuir ensino superior completo e 0 caso contrário.   |
| Idade             | Idade por indivíduo.   |
| Centro – Oeste    | Assume o valor 1 se o indivíduo for da região Centro - Oeste e 0 caso contrário.     |
| Sudeste           | Assume o valor 1 se o indivíduo for da região sudeste e 0 caso contrário.            |
| Sul               | Assume o valor 1 se o indivíduo for da região sul e 0 caso contrário.                |
| Norte             | Assume o valor 1 se o indivíduo for da região norte e 0 caso contrário.              |
| Nordeste          | Assume o valor 1 se o indivíduo for da região nordeste e 0 caso contrário.           |
| Julho             | Assume o valor 1 se a pesquisa foi respondida no mês de julho e 0 caso contrário.    |
| Agosto            | Assume o valor 1 se a pesquisa foi respondida no mês de agosto e 0 caso contrário.   |
| Setembro          | Assume o valor 1 se a pesquisa foi respondida no mês de setembro e 0 caso contrário. |
| Outubro           | Assume o valor 1 se a pesquisa foi respondida no mês de outubro e 0 caso contrário.  |
| Novembro          | Assume o valor 1 se a pesquisa foi respondida no mês de novembro e 0 caso contrário. |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Covid – 19 (Julho a Novembro 2020).

De acordo com os dados da PNAD Covid 19 dos meses de julho a novembro foi possível chegar à conclusão de como o desemprego afetou diferentes indivíduos e as características desses indivíduos afetados, por meio de estatística descritiva.

## 6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 6.1 Análise descritiva e regressões

A partir de dados disponíveis pela PNAD COVID – 19 dos meses de julho a novembro do ano 2020, foi possível chegar as estatísticas descritivas (Tabela 4) abaixo.

Tabela 4: Estáticas Descritivas

| Variável                 | Observações | Média   | Mínimo | Máximo |
|--------------------------|-------------|---------|--------|--------|
| <b>Feminino</b>          | 1.919.883   | 52%     | 0      | 1      |
| <b>Branca</b>            | 1.919.409   | 57%     | 0      | 1      |
| <b>Urbano</b>            | 1.919.883   | 76%     | 0      | 1      |
| <b>Anos Estudo</b>       |             |         |        |        |
| <b>Sem Instrução</b>     | 1.919.883   | 44,5%   | 0      | 1      |
| <b>Fund. Completo</b>    | 1.919.883   | 16%     | 0      | 1      |
| <b>Médio Completo</b>    | 1.919.883   | 27,5%   | 0      | 1      |
| <b>Superior Completo</b> | 1.919.883   | 12%     | 0      | 1      |
| <b>Idade</b>             | 1.919.883   | 37      | 0      | 111    |
| <b>Rendimento</b>        | 1.919.883   | 2231,60 | 2      | 250000 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Covid – 19 (Julho a Novembro 2020).

A partir dos resultados obtidos é possível afirmar que nessa amostra possui mais mulheres do que homens, que brancos são a minoria, que a região urbana é predominante correspondente a 76%, já sobre anos de estudo a maioria dessa amostra se encaixa no grau de escolaridade sem instrução, o que corresponde a indivíduos sem instrução ou ensino fundamental incompleto, a idade média é 37 anos e o rendimento médio é igual a R\$ 2231,60.

Na tabela 5 será possível observar o rendimento médio mensal referente aos dados retirados da base de dados PNAD Covid -19, dos cinco meses usados como referência nesse trabalho.

Tabela 5: Rendimento médio mensal

| <b>Meses</b>    | <b>Rendimento</b> |
|-----------------|-------------------|
| <b>Julho</b>    | 2242,42           |
| <b>Agosto</b>   | 2243,83           |
| <b>Setembro</b> | 2238,98           |
| <b>Outubro</b>  | 2216,90           |
| <b>Novembro</b> | 2216,14           |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Covid – 19 (Julho a Novembro 2020).

De acordo com os rendimentos médios mensais apresentados, é possível observar que, com o passar dos meses durante a pandemia, o rendimento médio mensal caiu, sofrendo uma queda média de R\$ 26,28 de julho para novembro de 2020, ou seja uma redução de 1,7%.

As próximas tabelas apresentadas trazem informações mais detalhadas, levando também em conta para cada variável analisada, a quantidade de meses que a pessoa em questão se encontra desempregada, podendo variar de 1 a 11 meses. Vale ressaltar também que o número de desempregados encontrados na amostra foi 34624, o que significa 1,8% do total de indivíduos.

Serão apresentados os resultados de frequência de pessoas desempregadas, pessoas desempregadas correspondente a escolaridade, pessoas desempregadas correspondente à faixa etária, pessoasdesempregadas de acordo com o gênero e pessoas desempregadas de acordocom a raça. Com esses resultados será possível responder questões como: Entre mulher e homem qual foi o gênero mais afetado? Entre brancos e negros qual foi a raça mais afetada? Qual o grau de escolaridade mais afetado? E quala faixa etária mais afetada?

É chegada então uma parte de interesse do trabalho, a questão do desemprego gerado pela pandemia de covid – 19 no Brasil, de acordo com os meses estudados, na tabela seguinte tem se resultados sobre a frequência de pessoas desempregadas, de acordo com o número de meses, por exemplo: frequência de pessoas desempregadas por 1 mês, frequência de pessoas desempregadas por 2 meses e etc.

Tabela 6: Percentual de pessoas desempregadas por número de meses.

| <b>Desemprego (Meses)</b> | <b>Percentual</b> |
|---------------------------|-------------------|
| 1                         | 7%                |
| 2                         | 15%               |
| 3                         | 26%               |
| 4                         | 42%               |
| 5                         | 34%               |
| 6                         | 26%               |
| 7                         | 17%               |
| 8                         | 10%               |
| 9                         | 2%                |
| 10                        | 1%                |
| 11                        | 1%                |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Covid – 19 (Julho a Novembro 2020).

Após observar os resultados da tabela 7, é possível concluir que a maior frequência de pessoas que estão desempregadas são por um período de 4 meses e que à menor frequência de pessoas que estão desempregadas são por um período de 11 meses.

Já na tabela abaixo é possível observar a relação do nível de escolaridade com a quantidade de meses desempregado.

Tabela 7: Percentual de pessoas desempregadas correspondente a escolaridade.

| <b>Desemprego (meses)</b> | <b>Sem instrução e Fundamento Completo</b> | <b>Médio completo e Superior Completo</b> |
|---------------------------|--|---|
| 1                         | 3,15 %                                     | 0,49 %                                    |
| 2                         | 7,09 %                                     | 1,43 %                                    |
| 3                         | 11,91 %                                    | 2,62 %                                    |
| 4                         | 18,58 %                                    | 4,67 %                                    |
| 5                         | 14,99 %                                    | 3,67 %                                    |
| 6                         | 11,29 %                                    | 3,05 %                                    |
| 7                         | 7,28 %                                     | 1,9 %                                     |
| 8                         | 4,53 %                                     | 1,2 %                                     |
| 9                         | 1,08 %                                     | 0,25 %                                    |
| 10                        | 0,35 %                                     | 0,13 %                                    |
| 11                        | 0,24 %                                     | 0,09 %                                    |
| <b>Total</b>              | <b>80,49 %</b>                             | <b>19,51 %</b>                            |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Covid – 19 (Julho a Novembro 2020).

Pode se fazer as seguintes afirmações após ser observado os resultados sobre a escolaridade dos desempregados por categoria, o total de desempregados ao longo do período de 1 a 11 meses que possuem de ensino médio completo a ensino superior completo é menor que o total de desempregados sem instrução a ensino médio incompleto. E a maior frequência de desempregados por número de meses quando analisado a escolaridade são também 4 meses, nesse caso para para ambas categorias de estudo.

Na próxima tabela será possível verificar o desemprego por número de meses com relação a faixa etária.

Tabela 8: Percentual de pessoas desempregadas correspondente a faixa etária.

| <b>Desemprego<br/>(meses)</b> | <b>= 0 e &lt; 15</b> | <b>= ou &gt; 15<br/>&lt; ou = 24</b> | <b>= ou &gt; 25<br/>&lt; ou = 34</b> | <b>= ou &gt; 35<br/>&lt; ou = 49</b> | <b>= ou &gt; 50<br/>&lt; ou = 64</b> | <b>= ou &gt; 65</b> |
|-------------------------------|----------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|---------------------|
| <b>1</b>                      | 0,002%               | 0,40%                                | 0,75%                                | 1,29%                                | 0,97%                                | 0,23%               |
| <b>2</b>                      | 0,014%               | 1,11%                                | 1,52%                                | 2,84%                                | 2,49%                                | 0,55%               |
| <b>3</b>                      | 0,02%                | 1,89%                                | 2,84%                                | 5,04%                                | 4,12%                                | 0,63%               |
| <b>4</b>                      | 0,017%               | 2,84%                                | 4,33%                                | 7,9%                                 | 6,76%                                | 1,38%               |
| <b>5</b>                      | 0,011%               | 1,96%                                | 3,45%                                | 6,24%                                | 5,83%                                | 1,17%               |
| <b>6</b>                      | 0%                   | 1,39%                                | 2,48%                                | 4,76%                                | 4,7%                                 | 1,01%               |
| <b>7</b>                      | 0%                   | 0,79%                                | 1,57%                                | 3,13%                                | 3,04%                                | 0,66%               |
| <b>8</b>                      | 0%                   | 0,43%                                | 1,05%                                | 1,86%                                | 1,94%                                | 0,47%               |
| <b>9</b>                      | 0%                   | 0,08%                                | 0,23%                                | 0,41%                                | 0,51%                                | 0,09%               |
| <b>10</b>                     | 0%                   | 0,03%                                | 0,08%                                | 0,14%                                | 0,2%                                 | 0,02%               |
| <b>11</b>                     | 0%                   | 0,014%                               | 0,05%                                | 0,11%                                | 0,15%                                | 0,01%               |
| <b>Total</b>                  | 0,064%               | 10,93%                               | 18,35%                               | 33,72%                               | 30,8%                                | 6,22%               |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Covid – 19 (Julho a Novembro 2020).

De acordo com os resultados obtidos, observa se, que a faixa etária que possui mais desempregados é de 35 a 49 anos, seguindo da faixa etária de 50 a 64 anos e 25 a 34 anos, já a faixa etária que possui menor número de desempregados é de 0 a 15 anos, logicamente por ser uma faixa etária ainda não inserida no mercado de trabalho, seguido de 65 anos ou mais e 15 a 24 anos, que também são faixas estarias com pouca inserção no mercado de trabalho quando comparada com as faixas etárias com maiores números. Já em

questão de meses, a maior frequência de desempregados, são por 4 meses quando analisado categoria por categoria de faixa etária.

É possível observar na tabela seguinte a relação do gênero com a quantidade de meses desempregado.

Tabela 9: Percentual de pessoas desempregadas de acordo com o gênero.

| <b>Desemprego (meses)</b> | <b>Masculino</b> | <b>Feminino</b> |
|---------------------------|------------------|-----------------|
| <b>1</b>                  | 1,9%             | 1,75%           |
| <b>2</b>                  | 4,25%            | 4,28%           |
| <b>3</b>                  | 6,77%            | 7,76%           |
| <b>4</b>                  | 9,94%            | 13,3%           |
| <b>5</b>                  | 7,82%            | 10,84%          |
| <b>6</b>                  | 5,7%             | 8,63%           |
| <b>7</b>                  | 3,56%            | 5,64%           |
| <b>8</b>                  | 2,17%            | 3,56%           |
| <b>9</b>                  | 0,55%            | 0,78%           |
| <b>10</b>                 | 0,23%            | 0,24%           |
| <b>11</b>                 | 0,12%            | 0,21%           |
| <b>Total</b>              | <b>43,01%</b>    | <b>56,99%</b>   |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Covid – 19 (Julho a Novembro 2020).

Dos resultados obtidos a partir da separação de gêneros observa-se que as mulheres foram as mais afetadas pelo desemprego, com um número maior de desempregadas quando comparado ao número de homens na mesma situação, a diferença chega a quase 14% de um gênero para o outro. Esse resultado além dos fatores já levados em conta que resultaram no desemprego para ambos gêneros, pode também ser relacionado com o não funcionamento das escolas, o que impediu muitas mães de se locomoverem até o trabalho nesse período de pandemia, por terem que ficar em casa cuidando dos seus filhos.

Nessa última tabela compreende-se a relação da raça com a quantidade de meses desempregado. Lembrando que para essa tabela foi levada em conta pessoas brancas compreendem brancas + amarelas e pessoas negras compreendem pardas + pretas, pessoas indígenas não foram levadas em conta, por isso um total menor de observações do que foi apresentado nas demais tabelas.

Tabela 10: Percentual de pessoas desempregadas de acordo com a raça.

| <b>Desemprego (meses)</b> | <b>Branca</b> | <b>Negra</b>  |
|---------------------------|---------------|---------------|
| <b>1</b>                  | 1,3%          | 2,35%         |
| <b>2</b>                  | 3,28%         | 5,25%         |
| <b>3</b>                  | 5,33%         | 9,19%         |
| <b>4</b>                  | 9,24%         | 14%           |
| <b>5</b>                  | 7,64%         | 11,02%        |
| <b>6</b>                  | 6,05%         | 8,29%         |
| <b>7</b>                  | 3,99%         | 5,2%          |
| <b>8</b>                  | 2,56%         | 3,17%         |
| <b>9</b>                  | 0,58%         | 0,74%         |
| <b>10</b>                 | 0,22%         | 0,26%         |
| <b>11</b>                 | 0,16%         | 0,17%         |
| <b>Total</b>              | <b>40,35%</b> | <b>59,64%</b> |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Covid – 19 (Julho a Novembro 2020).

Pode-se ver acima a relação de meses que as pessoas de cada raça estão desempregadas e também a porcentagem total de desempregados por raça, com isso, pode se concluir que o número de negros desempregados é muito maior que o número de brancos, o que representa cerca de 59,64% do número total de desempregados. Tem-se também que a maior frequência de desempregados tanto para negros quanto para brancos é de 4 meses. Lembrando que para essa tabela foi levada em conta pessoas brancas = brancas + amarelas e pessoas negras = pardas + pretas, pessoas indígenas não foram levadas em conta, e por tanto o número de observações totais de desempregados levado em conta foi 34.416.

A tabela a seguir traz dados obtidos através de duas regressões lineares, onde foi estimado na primeira coluna uma regressão que leva em conta os meses sem considerar as características dos indivíduos e já na segunda coluna foi estimado uma regressão que leva em consideração as características de cada indivíduo.

Tabela 11: Regressões Lineares

| Variável                  | 1                       | 2                       |
|---------------------------|-------------------------|-------------------------|
| <b>Homem</b>              |                         | 0,33 ***<br>(0,0017)    |
| <b>Formal</b>             |                         | 0,11 ***<br>(0,0034)    |
| <b>Idade</b>              |                         | 0,05 ***<br>(0,0004)    |
| <b>Idade <sup>2</sup></b> |                         | -0,0005 ***<br>(0,0120) |
| <b>Fund. Completo</b>     |                         | 0,29 ***<br>(0,0027)    |
| <b>Médio Completo</b>     |                         | 0,55 ***<br>(0,0023)    |
| <b>Superior Completo</b>  |                         | 1,26 ***<br>(0,0027)    |
| <b>Nordeste</b>           |                         | -0,15 ***<br>(0,0032)   |
| <b>Sudeste</b>            |                         | 0,22 ***<br>(0,0031)    |
| <b>Sul</b>                |                         | 0,33 ***<br>(0,0031)    |
| <b>Centro – oeste</b>     |                         | 0,29 ***<br>(0,0034)    |
| <b>Agosto</b>             | 0,005 ***<br>(0,0031)   | 0,003 ***<br>(0,0025)   |
| <b>Setembro</b>           | 0,002 ***<br>(0,0031)   | 0,0006 ***<br>(0,0025)  |
| <b>Outubro</b>            | - 0,002 ***<br>(0,0031) | -0,003 ***<br>(0,0025)  |
| <b>Novembro</b>           | 0,0006 ***<br>(0,0031)  | -0,002 ***<br>(0,0025)  |
| <b>Constante</b>          | 7,33 ***<br>(0,0022)    | 5,17 ***<br>(0,0088)    |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Covid – 19 (Julho a Novembro 2020).

Erro-padrão robusto entre parênteses.

Significância: \*\*\* p < 0,001; \*\* p < 0,05; e \* p < 0,1.

Os resultados obtidos relatam sobre a diferença média salarial ocorrida, seja de um mês em relação a outro, de uma região em relação a outra, do nível de escolaridade em relação a outro, ou mesmo entre homens e mulheres, brancos e negros e também entre os setores formal e informal.

É possível observar resultados importantes, como a diferença média salarial de gêneros, a diferença média salarial de homens em relação a mulheres

é de 33%, ou seja, o salário do homem foi maior que o da mulher em 33% no período estudado. Tem-se também a diferença entre setores, a diferença média salarial do setor formal em relação ao setor informal foi de 11%. Quando observado o grau de escolaridade em relação a indivíduos sem instrução, a diferença média salarial de ensino fundamental completo para sem instrução é 29%, já a diferença média salarial de ensino superior completo para sem instrução chega a 126%, dados impactantes. Sobre regiões, a região com melhor média salarial no período foi a região sul, que quando comparada a região norte tem-se que a média salarial da região sul é 33% maior que a região norte.

Sobre os meses estudados nesse trabalho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2020, apresenta-se resultados observando que a coluna 1 não é considerado características dos indivíduos e na coluna 2 essas características são consideradas. Estima-se que a média salarial mensal na primeira coluna quando comparada a média salarial do mês de julho foi maior nos meses agosto, setembro e novembro e menor em outubro. Já na segunda coluna quando se faz a mesma comparação tem-se média salarial maior os meses agosto e setembro quando comparado a média de julho e menor os meses de outubro e novembro. Vale ressaltar também, como pode ser observado, que filtrando as características dos indivíduos, como foi feito na coluna 2, o coeficiente diminuiu.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se em relação aos estudos apresentados ao longo do trabalho, que os pacientes que se identificam como pardo e preto não só apresentam risco significativamente maior de mortalidade do que aqueles que se identificam como branco, como também aqueles de baixa escolaridade apresentam fatores a mais de risco a saúde. Isso evidencia o quanto é necessário políticas públicas para o enfrentamento de crise desse tipo, visto que muitas dessas famílias não conseguem se manter em quarentena para poder se sustentar, assim se expondo mais ao vírus. Tudo mostra que os efeitos dessa crise sobre a saúde e a economia foram distribuídos de forma extremamente desigual. Já que não foi de total acesso proteção especial para as populações de mais baixa renda, o que gerou resultados desastrosos tanto do ponto de vista econômico quanto de saúde pública, levando a novas ondas de contágio, sobrecarga dos sistemas de saúde e óbitos.

A partir dos resultados obtidos nesse estudo, é possível reafirmar essas evidências e também apontar particularidades entre os indivíduos afetados pelo desemprego da base de dados utilizada, sabe-se que nessa amostra foram detectados 34.624 desempregados, a maioria estavam fora do mercado por cerca de 4 meses e apresentavam características como baixo nível de escolaridade, que variava até ensino médio incompleto, faixa etária entre 35 e 49 anos, sexo feminino, ou seja, a maioria dos indivíduos afetados pelo desemprego são mulheres e de raça negra.

Sobre o rendimento médio mensal dos meses observado é possível afirmar que o rendimento teve uma queda com o passar dos meses, tem se que em julho de 2020 o rendimento médio mensal era 2242,42 e já em novembro do mesmo ano o rendimento era 2216,14, queda de 1,17%.

Com a regressão linear aplicada foi possível concluir que as mulheres tiveram média salarial menor, resultado obtido também pelo setor informal e indivíduos sem instrução. Quando se trata de regiões, o sul foi menos impactado quando se trata de rendimentos, já sobre resultados mensais o mês de julho teve resultados inferiores comparado a agosto, setembro e novembro na primeira coluna e agosto e setembro na segunda coluna.

Reafirmando então resultados apresentados ao longo do trabalho sobre outros estudos, onde indivíduos do sexo feminino, trabalhadores informais, com baixo ou nenhum grau de escolaridade e residentes na região nordeste foram os mais afetados em relação aos rendimentos. Reafirmando também sobre a presença de dificuldade e limitações ao longo trabalho devido ao estudo desse tema ainda ser muito vago quando se trata de informações concretas e dados.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, R. (2009). Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a formação e a negação do trabalho São Paulo, SP. Disponível em: [https://www.academia.edu/36738440/Ricardo\\_Antunes\\_Os\\_sentidos\\_do\\_trabalho\\_Ensaio\\_sobre\\_a\\_afirma%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_a\\_nega%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_trabalho\\_2ed](https://www.academia.edu/36738440/Ricardo_Antunes_Os_sentidos_do_trabalho_Ensaio_sobre_a_afirma%C3%A7%C3%A3o_e_a_nega%C3%A7%C3%A3o_do_trabalho_2ed)

BARBOSA, Ana Luiza. COSTA, Joana S. HECKSHER, Marcos. Mercado de trabalho e pandemia da Covid – 19: ampliação de desigualdades já existentes? IPEA, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt\\_69\\_mercdetrabalho.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt_69_mercdetrabalho.pdf)

Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil>

Conselho Nacional de Secretária de Saúde, Covid – 19. Disponível em: <https://www.conass.org.br/coronavirus/>

Corona Vírus – Painel de Controle. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e Desemprego no Brasil. Rev. Adm. Pública 54, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt#>

Covid – 19 e o mundo do Trabalho. OIT, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/covid-19/lang--pt/index.htm>

Covid – 19 no Brasil Disponível em:  
32

[https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html)

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2020, 03 de abril). O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda diante dos impactos da Covid-19. Nota Técnica, 232, 1-13. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec232ProgramaEmergencialGoverno/index.html?page=1>

Desigualdade acelera avanço da Covid – 19 nas periferias, 2020. Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/48818>

DIEESE, Nota Técnica nº 224 de 23 de março de 2020. Medidas adotadas por vários países para conter os efeitos econômicos da pandemia do coronavírus. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec244covidEducacao.html>

Estado de Minas – Economia, 2019. Disponível: [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/05/10/internas\\_economia,1052625/sem-mineracao-pib-de-minas-pode-encolher-12-diz-estudo.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/05/10/internas_economia,1052625/sem-mineracao-pib-de-minas-pode-encolher-12-diz-estudo.shtml)

GAMA NETO, R. B. . IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE A ECONOMIA MUNDIAL. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 113–127, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3786698. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/134>

ILVA, D. S. da C.; SANTOS, M. B. dos; SOARES, M. J. N. Impactos causados pela COVID-19: um estudo preliminar. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), [S. l.], v. 15, n. 4, p. 128–147, 2020. DOI: 10.34024/revbea.2020.v15.10722. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10722>

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, (2020). “Vulnerabilidades da População Brasileira à COVID-19: Desafios para a flexibilização do Distanciamento Social”. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/?lang=pt>

International Labour Organization. (2020, 07 de abril). ILO Monitor: Covid-19 and the world of work. Second Edition. Updated estimates and analysis. Geneva, Switzerland .Disponível em:

[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_740877.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_740877.pdf)

Mapa da Vacinação contra covid – 19 no Brasil. Disponível em:

<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>

KOTLER, Philip. Administração de Marketing – 10. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000. Disponível em:

[https://pordentrode Minas.com.br/wp-content/uploads/2017/07/KOTLER\\_MARKETING\\_completo.pdf](https://pordentrode Minas.com.br/wp-content/uploads/2017/07/KOTLER_MARKETING_completo.pdf)

Krein, J. D., & Proni, M. W. (2010). Economia informal: aspectos conceituais e teóricos Brasília, DF, OIT. Disponível em:

[https://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS\\_227055/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS_227055/lang--pt/index.htm)

KREIN, José D.; BORSARI, Pietro. Coronacrise: a pandemia, a economia e a vida. Instituto de Economia UNICAMP, 2020. Disponível em:

<https://www.economia.unicamp.br/covid19?start=20>

Marins, Mani Tebet; Rodrigues, Mariana Nogueira; Silva, Jéssica Maldonado; Silva, Karen Cristina; Carvalho, Paola Loureiro. 2021. Auxílio Emergencial em tempos de Pandemia. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/xJ7mwmL7hGx9dPDtthGYM3m/?lang=pt&format=pdf>

Mata, Henrique Tomé da Costa. Macroeconomia / Henrique Tomé da Costa Mata. - Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28122/1/Macroeconomia.pdf>

Minas consciente retomando a Economia do jeito certo. Disponível em: [https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/imagens/minasconsciente/plano\\_minas\\_consciente\\_3.4.pdf](https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/imagens/minasconsciente/plano_minas_consciente_3.4.pdf)

Ministério da Saúde – vacinas e esperança. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/dezembro/retrospectiva-2021-as-milhoes-de-vacinas-covid-19-que-trouxeram-esperanca-para-o-brasil>

Ministério da Cidadania – Auxílio Emergencial 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>

Ministério da Saúde – DATASUS. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/sobre-o-datasus/>

Ministério do Trabalho e Previdência. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>

NERI, Marcelo C. A Escalada da Desigualdade: Qual foi da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza?. FGV Social, 1999. Disponível em: <https://portal.fgv.br/think-tank/qual-foi-impacto-crise-sobre-pobreza-e-distribuicao-renda>

NERI, M. Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada. Rio de Janeiro, RJ: FGV-Social, 2020. Disponível em: <https://cps.fgv.br/pesquisas/efeitos-da-pandemia-sobre-o-mercado-de-trabalho->

[brasileiro#:~:text=A%20queda%20de%20renda%20m%C3%A9dia,jornada%20de%20trabalho%20ficasse%20constante.](#)

NERI, M. Qual foi o impacto imediato da Pandemia do Covid sobre as classes econômicas brasileiras? Rio de Janeiro, RJ: FGV-Social, 2020. Disponível em: <https://cps.fgv.br/pesquisas/qual-foi-o-impacto-imediato-da-pandemia-do-covid>

Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, (2020). “Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil”. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2020/05/NT11-An%C3%A1lise-descritiva-dos-casos-de-COVID-19.pdf>

Pandemia e desemprego no Brasil, Simone da Silva Costa, Rev. Adm. Pública 54 (4) • Jul-Aug 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt/?lang=pt&format=html#>

PET economia UFPR, Brasil e o mundo diante da COVID - 19 e da crise econômica, 2020. Disponível em: <https://www.ufpr.br/porta/ufpr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>

RAMOS, Lauro. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. IPEA, 2002. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt\\_019l.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_019l.pdf)

SEMINÁRIO ONLINE “ECONOMIA, TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE”, 2., 2020. Economia brasileira hoje: antecedentes da crise e perspectivas - Ricardo Carneiro. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/eventos/seminario-on-line-economia-brasileira->

[hoje-antecedentes-da-crise-e-perspectivas](#)

SICSÚ, J. Planejamento: contra a Covid-19 e a insegurança. Disponível em: <https://nocaute.blog.br/2020/04/28/joao-sicsu-planejamento-contra-o-coronavirus-e-a-inseguranca/>

SILVA, Renata Adriana Garbossa (Organizadora). Geociências conteúdo e debate: vol I: covid 19. Curitiba: Editora Dialética e Realidade, 2021. Disponível em: [https://www.dialeticarealidade.com/\\_files/ugd/206e81\\_2a509b50b7a54c6ead2b7d26670ab0b4.pdf#page=18](https://www.dialeticarealidade.com/_files/ugd/206e81_2a509b50b7a54c6ead2b7d26670ab0b4.pdf#page=18)

TOMÉ, Luciana Mota. Setor de turismo: impactos da pandemia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, n. 124, ag. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/300/1/2020\\_CDS\\_124.pdf](https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/300/1/2020_CDS_124.pdf)